

DIREITO À LEITURA E À ESCRITA, VIOLÊNCIA E (IN)JUSTIÇA SOCIAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL E DISCURSIVA

¹ Departamento de Processos Técnico-Documentais/Centro de Ciências Humanas e Sociais/Unirio, thalita.cruz@unirio.br

² Departamento de Línguas e Literaturas/Uerj/Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap/Uerj), fernanda.dolivo@uerj.br

Palavras-chave: dificuldade de leitura e escrita; violência simbólica; justiça social.

O trabalho aqui apresentado propõe uma reflexão sobre a falta de acesso à leitura e à escrita como um ato de violência – tanto simbólica quanto econômica, buscando refletir sobre a necessidade de se debruçar sobre este problema entendendo-o como um elemento fundamental de justiça social. A partir de uma perspectiva discursiva e dialógica da linguagem (Bakhtin, 1997) e sua aprendizagem em uma perspectiva histórico-cultural (Vygotsky, 2009), a pesquisa apresentará uma análise crítica das últimas pesquisas de larga escala sobre leitura, alfabetização e letramento realizadas no Brasil, como Ideb, Inaf e Retratos da Leitura no Brasil, que, embora apresentem tenha limites, pode ser considerado um ponto de partida para se compreender a profundidade da questão. Também propõe a análise de dados de alguns alunos de sexto ano, classificados por seus professores como “não leitores” e “não escritores”. Os dados foram obtidos a partir da atuação de dois projetos de extensão – um voltado para a leitura (UNIRIO) e outro para a escrita (UERJ) – que realizam suas ações de maneira conjunta em uma escola pública do Rio de Janeiro. As atividades realizadas buscam colocar o estudante no centro do seu processo de aprendizagem, entendendo-o como sujeito histórico, cultural e que se constitui na e pela linguagem. A partir de uma metodologia qualitativa, de acompanhamento longitudinal, os projetos focam no processo de desenvolvimento da leitura e escrita e os dados têm mostrado que essas crianças e jovens querem aprender e que, embora não tenham consolidado o processo de alfabetização, criam recursos alternativos de significação que devem ser compreendidos e valorizados. Busca-se, com isso, mostrar a necessidade de discussões teórico-metodológicas e ações de políticas públicas voltadas para este público, a fim de trabalhar a “alfabetização fora de fase” (Ensino Fundamental II). Também busca-se discutir a relação com o tempo na escola que, como nos mostra Castrillón (2011), não nos permite tempo para reflexão, o debate e, em muitos casos, não compreende o tempo de aprendizado dos alunos, patologizando processos complexos e que, em muitos casos, estão mais relacionados ao contexto biopsicossocial destes jovens do que a condições neurocognitivas. Na sociedade neoliberal atual, combater a desigualdade de aprendizagem é também um combate contra a violência – sobretudo aos pobres e pretos – e nos obriga, enquanto educadores, a assumir um lugar político em prol da construção de uma educação



I SEMINÁRIO NACIONAL DO ONVE

Educação democrática,
direitos humanos e
enfrentamento às violências

24, 25 e 26 / novembro
UFF - Niterói

transformadora. Defendemos que continuar seguindo com essas crianças sem um plano pedagógico para consolidação da alfabetização é retirar delas o direito de ler e escrever (Castrillon, 2011), ou seja, é optar pela pedagogia do silenciamento (Ferrarezi Jr, 2014) e pelo silenciamento desses sujeitos (Orlandi, 2007).

Agradecimentos: PROEXC/Unirio; Faperj



observatório nacional da
violência contra educadoras/es